

Neste mês de novembro, algumas ONGs, organizações populares, indígenas e de populações tradicionais da Amazônia brasileira, Fundações empresariais, empresas privadas e públicas organizam em Belém o “Fórum Amazônia Sustentável - FAS”. Por ter sido convidado e ter recusado o convite, achei por bem explicitar a minha recusa, escrevendo a seguinte reflexão. Enviei-a unicamente às pessoas da sociedade civil organizada que foram convidadas. Decorridas duas semanas, a socializo agora, com a vontade de ampliar o diálogo. Esta reflexão não nasceu com a proposta do FAS. É uma preocupação que vem de vários anos, mas que a proposta me permite explicitar.

Jean Pierre Leroy

5 de novembro de 2007

### **Às pessoas de organizações indígenas e populares e ONGs que participam do processo de criação de um Fórum Amazônia Sustentável.**

Recusei o convite para participar do “Fórum Amazônia Sustentável” sem maiores explicações. Mas, além do respeito que tenho pelos organizadores, a questão me parece suficientemente séria para que tente aqui expressar minhas posições. O faço não no sentido de fechar o diálogo, mas como forma de diálogo, num momento que vejo como extremamente complexo e conturbado. Endereço-me aqui às pessoas e entidades do campo não empresarial. Não é que eu despreze o esforço de empresas em se posicionar em favor de uma Amazônia em que o meio ambiente e os direitos humanos sejam respeitados, mas isso não vem ao caso aqui.

Permitam-me primeiro fazer um apanhado de informações e impressões que podem aparecer não ter forçosamente relações entre elas, mas que me ajudam a fundamentar a minha argumentação

Progressivamente, parece se impor à opinião pública a idéia que são as empresas (e boa parte delas justamente as que impactam negativamente o meio ambiente) que vão salvar o meio ambiente. Diretamente ou através das suas Fundações, elas se tornam onipresentes. Vejamos, por exemplo, o suplemento “Ecologia” do Jornal do Brasil, como elas se apresentam ou são apresentadas, não somente na publicidade, mas também em artigos. Em 2006, no Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado em Joinville, elas estavam lá com força, não só com seus estandes, mas em muitos das centenas de posters apresentados por estudantes, onde a ausência de visão crítica e os apoios indicados mostravam seu poder; na MOP 3 e na COP 8, em Curitiba, em 2006, seu poderoso lobby tinha como contraponto público boxes aos quais jamais as entidades e coletivos que organizavam o Encontro paralelo poderiam fazer concorrência.

Vale lembrar que a ofensiva na área educacional pode ser bem direta, como o reporta o Jornal Brasil de Fato :

« O Programa Educacional “Agronegócio na Escola” - uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (Abag/RP) - já está no seu sexto ano, e não pára de se expandir....No ano passado, uma parceria semelhante entre a transnacional Monsanto, a editora Horizonte Geográfico e as Secretarias de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal visava entrar nas escolas de maneira parecida. O projeto “Janela para o Mundo” promoveria debates sobre ambiente e agricultura em 5.409 escolas, por meio de material paradidático favorável aos transgênicos e ao agronegócio. A implementação do projeto, financiado à época em parte pelo Ministério da Cultura, foi parcialmente paralisada depois de comprovado que materiais sobre os temas, que não estavam previstos no projeto original, foram inseridos no produto final”<sup>1</sup>.

Testemunhei em Brasília, durante o II Encontro dos Povos das Florestas, que juntava, na louvação a esses povos e populações, suas organizações, poder público e setor

---

<sup>1</sup> Fonte: Jornal Brasil de Fato 04/05/2006

empresarial, o divórcio entre as mesas oficiais e a massa dos participantes. Havia pouquíssima representação dos povos das florestas nas mesas principais, nas quais palestrantes do setor público e de entidades ligadas ao setor privado falavam de si mesmos, se atribuindo certificados de auto-satisfação, mais do que dialogavam com os primeiros interessados. Havia pouquíssimo espaço para as queixas dos participantes, que queriam falar de suas vidas sofridas. Frente às autoridades, parecia faltar uma voz política. Perguntei-me se esse evento, ao mascarar os conflitos existentes na Amazônia e a dureza crescente da vida desses povos; ao apresentar publicamente mais os projetos e as realizações dos setores públicos e empresariais do que os dos sujeitos do Encontro; e ao criar aparentes consensos quando tantos conflitos violentes gritavam em silêncio, não contribuía mais à morte política destes do que à sua consagração.

A pressão de consumidores europeus fez com que setores de pecuaristas e de produtores de grãos comecem a se preocupar com as questões ambientais (digo “setores”, pois há produtores que, individualmente, já tinham essa preocupação). Iniciam a corrida para obter selos que garantam que sua soja, sua cana ou sua carne é sustentável e juram que vão respeitar o meio ambiente e a legislação trabalhista.

Dia 3 de outubro, foi lançado em Brasília, com o apoio de vários governadores da Amazônia e a presença dos governadores do Amapá e do Mato Grosso, o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento<sup>2</sup>. A imprensa oficial do Estado do Mato Grosso e um jornal cuiabano comentam:

“Entre as ações para viabilização do pacto, para que ao final do prazo o resultado seja positivo, está a criação de instrumentos normativos e econômicos que valorizem a floresta em pé, a serem destinados aos Estados e aos pequenos produtores e comunidades que trabalham pela preservação, com pagamento por serviços ambientais; opções econômicas que flexibilizem e otimizem o uso de áreas já desmatadas – compensação florestal; fortalecimento de ações de monitoramento, controle e fiscalização. A sustentação do Pacto está baseada no desenvolvimento de instrumentos de remuneração financeira por serviços ambientais prestados pela conservação florestal, que deverão ser destinados a incentivos econômicos aos atores sociais responsáveis pela conservação da floresta - povos indígenas, comunidades locais, populações tradicionais, agricultores familiares. Além do estabelecimento de incentivos econômicos aos produtores rurais, florestais, empresariais e agrícolas que assumirem estratégias de redução de desmatamento e de conservação da floresta.”<sup>3</sup>

“... para o Estado, o pacto pelo fim do desmatamento na Amazônia poderá significar nada menos do que um aporte anual de até R\$ 350 milhões. Trata-se do custo estimado apenas para subsidiar o fundo de compensação aos proprietários rurais que evitarem novas derrubadas. O que aumenta ainda mais a importância desse esforço conjunto! É uma proposta concreta e bem sustentada”<sup>4</sup>.

O terreno está bem preparado para a Conferência “Sustainable agriculture in Brazil. Responsible soy for food, feed and fuel”, realizada em dia 15 de outubro pela Universidade de Wageningen (Holanda), co-organizada pelo governo brasileiro. Presentes: o Ministro brasileiro da Agricultura, o governador do Mato Grosso, o vice-presidente da Abiove e um pesquisador da Embrapa. E só, do lado brasileiro.

Dia 17, temos essa notícia:

---

<sup>22</sup> Instituto Socioambiental ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), Greenpeace ([www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)), Instituto Centro de Vida ([www.icv.org.br](http://www.icv.org.br)), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia ([www.ipam.org.br](http://www.ipam.org.br)), The Nature Conservancy ([www.tnc.org.br](http://www.tnc.org.br)), Conservação Internacional ([www.conservation.org.br](http://www.conservation.org.br)), Amigos da Terra-Amazônia Brasileira ([www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)), IMAZON ([www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br)), e WWF-Brasil ([www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)),

<sup>3</sup> Terça, 02 de outubro de 2007, 17h41 **Maggi assina pacto pela redução do desmatamento da Amazônia** Redação/Marcos Bergamasco *Secom-MT*

<sup>4</sup> **Pelo “desmatamento zero”** 05/10/2007 Fonte: Diário de Cuiabá

“Entre as ações do Governo de Mato Grosso na busca da produção sustentável foram destaques na palestra o pacto ambiental, assinado em agosto, durante a Bienal dos Negócios da Agricultura, em Cuiabá, tem como meta principal garantir que até 2010 não tenha nenhum hectare de soja plantado em Área de Preservação Permanente (APP) e haja a recuperação das áreas degradadas. Um levantamento da Aprosoja identificou que existe cerca de 50 mil hectares plantados em APP's. O que representa 0,6 de toda a área agrícola plantada de Mato Grosso. De acordo com representantes dos produtores de soja, o primeiro passo foi suspender o plantio nessas áreas e depois recuperar a área degradada.

Blairo Maggi reforçou que a assinatura do pacto ambiental é uma das formas de mostrar ao Brasil e ao mundo o que Mato Grosso tem feito concretamente para se conseguir uma produção sustentável com preservação ambiental. “Nós estamos trabalhando para produzir de forma correta, fazer as coisas como a lei determina, sem prejudicar o desenvolvimento da economia”, destacou o governador”<sup>5</sup>

Em eco ventríloquo, o presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso arremata:

« O presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, deputado Homero Pereira disse que algumas organizações não governamentais (ONGs), que tentam denegrir a imagem dos produtores mato-grossense, com a divulgação de dados negativos relacionados ao meio ambiente, estão “equivocadas”. A postura do setor mudou. “Nós estamos na frente na área ambiental. Algumas ongs estão perdendo o discurso porque estamos interagindo diretamente com nossos consumidores na Europa e nos Estados Unidos, fazendo pactos e parcerias com ongs sérias, como a The Natural Conservancy (TNC), fazendo um pacto ambiental com o governo do Estado para certificar e mitigar o nosso passivo ambiental.

Homero considera que o interesse é muito mais econômico do que ambiental. “Muitas ongs são financiadas por concorrentes do Brasil porque o país está ocupando espaço de forma sustentável no mercado internacional e nós vamos tirar muita gente deste mercado. Tem muita ong que vai perder os seus financiadores e, aí, será a hora da verdade. Cada vez mais vamos produzir de forma sustentável, em harmonia com o meio ambiente, agregando valor e diversificando a produção. Transformando proteína vegetal em proteína animal - carne suína ovina, confinamento de gado, aves, peixes – todos os funcionários com carteira assinada. Estamos incomodando”, afirmou. »<sup>6</sup>

O que eu quero salientar:

1/ O setor privado, diretamente por suas empresas, ou indiretamente, através das suas fundações ou de organizações da sociedade civil que apóia, está se impondo como ator central na resolução da questão ambiental e do futuro da Amazônia e está se legitimando. Vejam o que diz o Banco da Amazônia, informando sobre a sua participação:

« Para o Banco, o fato de ser convidado para participar como membro-fundador do Fórum significa um aval das entidades e Ongs com relação à atuação da instituição no âmbito do desenvolvimento sustentável. »<sup>7</sup>

Não estou negando o papel do setor privado, tanto o negativo quanto o positivo, alias mais potencial do que palpável, fora pouquíssimas exceções, Não estou, portanto, negando o direito nem a necessidade de entidades da sociedade civil atuarem junto a esse setor.

Minha preocupação está em que, nesse processo de ascensão do setor privado à condição de artífice central de uma Amazônia Sustentável (e, no plano mundial, de salvadores do planeta), somem as organizações da população e dos povos da região, reduzidas à condição de atores coadjuvantes. Organizações ambientalistas podem

---

<sup>5</sup> - <http://www.amazonia.org.br>

<sup>6</sup> [www.sonoticia.com.br](http://www.sonoticia.com.br) 17/10/07

<sup>7</sup> [www.basa.com.br/bancoamazonia2/noticia.asp?noticia=38](http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/noticia.asp?noticia=38) - 19k -

comemorar algumas vitórias nesse diálogo, mas as populações locais e quem as acompanham de perto provavelmente fariam um balanço mitigado.

Vejamos o Pacto. Se entendi bem, ele propõe soluções, compromissos e modus operandi para todos, mas não há como negar que ele se orienta principalmente para os chamados “produtores rurais” (que não me parecem ser os mesmos do que os que chamamos agricultor familiar, pequeno produtor ou campesinato). Três questões: a) Quem vai pagar? Aparentemente, os produtores pensam que não têm culpa no desmatamento, e, se têm, que o Estado pague; b) parece que o governador/produtor Maggi entendeu bem o recado e soube explorá-lo imediatamente; c) são as mais importantes ONGs ambientalistas presentes na Amazônia que assinam o Pacto proposto. Retomo a esse ponto mais adiante.

2/ Qual é o espaço real hoje das organizações representativas dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos pequenos produtores? Um diálogo com o setor privado somente poderia dar verdadeiros resultados se este encontrar, na sua frente, organizações realmente representativas e preparadas para isso. Não duvido da capacidade e da legitimidade das pessoas/organizações envolvidas nessa proposta de Fórum. Porém, será que sua participação se dá baseada sobre um aporte discutido nas suas bases? As suas bases tomaram conhecimento dessas propostas? Vão contribuir para a “Carta de princípios”? Será que o II Encontro dos povos das florestas preparou este Fórum? Os GTAs regionais sabem desse Fórum<sup>8</sup>? Colocar no mesmo debate poderosas empresas com recursos humanos e financeiros desproporcionais frente às organizações indígenas, populares e sindicais amazônicas é razoável? As pessoas/organizações presentes consultaram outros setores? As Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura dos Estados da Amazônia brasileira, os setores das pastorais sociais que têm uma presença significativa na base, Via Campesina, a CUT e outras centrais sindicais, os Fóruns ainda existentes (Fórum de Manaus, Faor, Formad) foram consultados?

Não seria mais urgente e importante um Fórum dessas organizações em que pudessem buscar convergências e discutir suas estratégias comuns frente ao avassalador movimento em direção da Amazônia que chamam de “desenvolvimento”? Aí, sim, depois, poderia se buscar conversar com outros setores.

3/ E as ONGs? Entendo a preocupação das ONGs que formularam a proposta de Pacto, mas aqui também podemos nos perguntar onde estão as organizações populares e sindicais da Amazônia brasileira? Vejam bem. Posso discordar de ações individuais de ONG, mas as respeito. Mais: entendo, por exemplo, que os povos do Xingu estejam asfixiados e que é vital para eles que haja algo feito hoje. Apoio por isso totalmente a Campanha Y Icatu Xingu. O que me preocupa aqui, é como reforçar essas organizações amazônicas. Será que queremos que só as grandes ONGs que atuam na Amazônia, porque têm dinheiro e por isso recursos humanos qualificados, apareçam no centro do debate amazônico? Pensam que é suficiente fazer dos amazônidas os coadjuvantes das suas estratégias? São questões que me faço há muitos anos dentro da ONG na qual trabalho e milito.

4/ Não consigo entender a lógica da minuta 5.0 da “proposta de carta de princípios para o Fórum Amazônia Sustentável” que recebi. Reproduzo-a aqui, introduzindo no seu interior observações minhas em azul e itálica:

« Ícone mundial da diversidade socioambiental, a Amazônia abriga a maior bacia hidrográfica e a maior floresta tropical do mundo, além de significativa diversidade de povos nativos e outras populações, distribuídas em nove países. É uma das regiões mais preservadas do planeta, onde se encontram ativos da biodiversidade e recursos hídricos determinantes na regulação climática global.

---

<sup>8</sup> Posteriormente a esta carta, o secretário-executivo do GTA me disse que os GTAs regionais estão sendo informados e que parte deles vai participar.

Apesar disso, a Amazônia vem sendo historicamente ameaçada por múltiplas formas de exploração predatória. O desmatamento já atingiu 17% da região, sendo que aproximadamente 20% dessa área encontra-se degradada e abandonada. Esse processo, entretanto, não se converteu em benefícios reais e duradouros nem para a população da região, nem para o país. A grilagem de terras, o trabalho escravo, o desmatamento e as atividades agrícolas predatórias são faces da mesma ilegalidade que devem ser combatidas e erradicadas com esforço de toda a sociedade brasileira e internacional. *São mencionadas ameaças que não envolvem, ao que parece, o setor privado participante do Fórum. Não se menciona que a Amazônia está também ameaçada pela mineração e pela metalurgia, direta e indiretamente, através de dutos, estradas, ferrovias, linhas de transmissão, barragens hidroelétricas, novas cidades). Empreendimentos provocaram importantes migrações e levaram à criação de grandes aglomerações urbanas miseráveis, a um maior desmatamento (ver a destruição da mata para produção de carvão vegetal), a problemas de sobrevivência da população ribeirinha (pescadores a jusante e Tucuruí), à desestruturação social de povos indígenas.*

É preciso desenvolver a Amazônia com inclusão econômica e social, valorizando as vocações regionais. *O que são essas “vocações regionais”? A vocação do Xingu, do Tapajós, do Trombetas e do Madeira pode ser hidroelétrica e, agora, a fronteira de expansão uma vez devastada, pode ser batizado como tendo vocação para o eucalipto e a cana. Trata-se de valorizar as “vocações regionais” ou de fazer com que os povos e as populações da Amazônia possam se realizar e construir seu futuro a partir da sua realidade, sem que tenham que subsumir frente a um suposto desenvolvimento baseado sobre a produção de matérias-primas e commodities para exportação ? , promovendo tecnologias adequadas à realidade local e levando em conta os conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade pelas populações locais, bem como privilegiando parcerias com setores empresariais comprometidos com a responsabilidade socioambiental, tornando-os aliados estratégicos. Quem é que vai “promover tecnologias adequadas” e quais são essas tecnologias? Quem vai privilegiar parcerias? De quem esses “setores empresariais comprometidos” vão se tornar “aliados estratégicos”. “Estratégicos” para quem? Os setores participantes do Fórum vão automaticamente se considerar como “setores empresariais comprometidos...”. Já se perguntou às organizações populares e sindicais do Pará e do Maranhão quais são suas opiniões sobre as empresas mineradoras e as indústrias da metalurgia?*

É fundamental coibir incisivamente a ilegalidade, acabar com a impunidade que permeia os processos de degradação socioambiental e exigir do Estado brasileiro o exercício de suas responsabilidades, com a justiça, a segurança pública e a proteção do meio ambiente e dos direitos da pessoa humana. Isso deve ser feito para gerar um ambiente de negócios com regras claras, respeito aos direitos estabelecidos e cumprimento de deveres e compromissos assumidos, estimulando, assim, investimentos em conformidade com a legislação. *A exigência feita ao Estado de “gerar um ambiente de negócios...” é problema do empresariado. Entendo que este não queira reproduzir a situação enfrentada, por exemplo, pela Aracruz no Espírito Santo, em que o ambiente não é nada bom para ela. Na Amazônia, exige-se a presença do Estado, mas “isso deve ser feito” antes de tudo para que povos e população possam ser reconhecidos como cidadãos e cidadãs incluídos socialmente, politicamente e economicamente.* É necessário também rever, regulamentar e onerar as atividades que oferecem riscos às dinâmicas ecológicas que garantem os chamados serviços ambientais prestados pelo bioma, sem que isso signifique qualquer precedente que coloque em risco a integridade ambiental da Amazônia.

A Amazônia representa uma oportunidade única para experimentar um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, que pressuponha a inclusão social e a garantia de condições dignas de vida para as populações amazônicas em toda sua diversidade e o reconhecimento dos direitos coletivos de seus povos e a valorização do seu patrimônio cultural, com a conservação do patrimônio biológico e o uso dos recursos naturais com os devidos cuidados, sem desperdícios e em benefício de todos.

Em face deste quadro, reconhecemos a relevância da região e a necessidade de um esforço de adequação intersetorial e suprapartidário, baseada nas melhores premissas da responsabilidade social ambiental que inclua os setores públicos e privados.

É hora de todos que vivem, trabalham, se relacionam e têm interesses em promover o desenvolvimento sustentável da região, juntarem forças para mudar a história recente da Amazônia em um acordo urgente que envolva a coletividade em integração harmônica com

outras regiões. *Para “juntar forças” e ter um “acordo”, um pacto, precisa que haja forças diferenciadas e que haja relativa igualdade de peso entre as forças. A quem queremos iludir? Do lado público, se há algumas novidades nos executivos estaduais, boa parte dos executivos locais na região e dos legislativos, inclusive o federal, está nas mãos de setores que tão somente querem o desenvolvimento a qualquer custo, reduzindo esse desenvolvimento ao crescimento e, não raras vezes, a qualquer atividade econômica que traga benefícios para eles e para seu grupo e dividendos políticos. Quanto ao governo federal, enquanto o PAC econômico quer acelerar a ferro e fogo ações desenvolvimentistas que terão um grave impacto sobre o ambiente e as populações amazônicas, ações fundiárias e de fomento às iniciativas que visem integrar a população local na economia continuam marginais.*

Para isso, propomos a criação do FÓRUM AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, com a missão de “mobilizar lideranças dos diversos segmentos da sociedade, promovendo o diálogo e a cooperação para construir e articular ações, visando a uma Amazônia justa e sustentável”. *Vejamos bem onde estamos:*

*- fragmentação dos movimentos e das suas organizações;*

*- enorme dificuldade das organizações conseguirem os recursos necessários a seu fortalecimento, à prática da democracia interna, à formulação de estratégias e de posicionamentos políticos, enfim, à manutenção da sua autonomia;*

*- Peso crescente nas organizações indígenas, populares e sindicais dos “projetos”, que as obrigam a gerir recursos financeiros e a criar burocracias, afastam seus dirigentes das bases e as tornam “clientes” dos financiadores, em detrimento da sua autonomia e do seu papel político;*

*- Ascensão de novos atores (ONGs, academia, empresas) que entram em concorrência com esses movimentos e essas organizações na disputa do discurso sobre a Amazônia. Têm frequentemente mais facilidade de expressão, mais contatos, mais agilidade e mais recursos. A tentação é grande para as lideranças das organizações de base local entrar no jogo ditado por outros.*

*Mais do que nunca, acho que devemos trabalhar na valorização de organizações coletivas (as existentes e outras, se for necessário), dentro das quais podem surgir lideranças genuínas. Se não é complicado chamar lideranças individuais dos outros setores, penso que é diferente com os povos e populações da região, seus movimentos e suas organizações. São os coletivos que devem ser chamados para qualquer iniciativa, pois as suas lideranças devem emergir desses coletivos e ser a sua voz. Alias, não estou aqui falando das lideranças convidadas, até por que desconheço largamente quem é convidado. A minha reflexão é baseada sobre a minha vivência (assessorias, avaliações, andanças, conversas, leituras e reflexões anteriores).*

Para cumprir sua missão, o Fórum deverá:

- Promover o diálogo entre os múltiplos atores e redes já existentes para a construção de modelos sustentáveis de parcerias, negócios e investimentos *negócios e investimentos de quem?*;
- Apoiar o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e das populações tradicionais;
- Reunir informações que permitam o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade e bancos de dados sobre a região;
- Criar condições para contribuir com a mediação de conflitos em determinados territórios; *a resolução de conflitos está na moda. Faz parte da democracia do consenso, indispensável num momento em que, segundo José Luis Fiori, a economia capitalista se tornou hegemônica e, portanto, acima da política. É disso que se trata aqui? Ou se vislumbra a possibilidade de determinado empreendimento, mesmo dando garantias de respeito ao meio ambiente e à população, ser vetado pela outra parte no conflito e que esse veto seja aceito pelos responsáveis pelo empreendimento projetado? Vejam a hidroelétrica de Belo Monte. O governo já colocou o prazo para começar as obras. Não parece passar pela cabeça dos primeiros escalões do MME e*

*da Presidência que os povos indígenas possam breca a sua construção. Audiências públicas, etc. são vistas como formalidades para dirimir dúvidas e introduzir eventualmente algumas compensações e obrigações secundárias. Nada para espantar quando a própria lei é vista como algo a relativizar, como se vê com o tratamento dado ao licenciamento ambiental nos casos das hidroelétricas do rio Madeira e da exploração de petróleo nos Lençóis Maranhenses<sup>9</sup>.*

- Propor políticas públicas que definam planos e ações de desenvolvimento sustentável para a região, monitorando indicadores de sustentabilidade;
- Fomentar acesso a mercados potenciais promovendo a conscientização para o consumo sustentável; *Me expliquem! Se trata de enviar missões de pessoas/instituições/empresas na ou da Amazônia a São Paulo, à China ou à Alemanha para dizer: "Consumam sustentável" e, para isso, compre na Amazônia, da gente ou de quem a gente indica? É legítimo uma empresa fazer sua publicidade baseada sobre o fato que seu empreendimento na Amazônia respeita o meio ambiente, os direitos humanos, etc. Mas esse Fórum quer virar certificador?*
- Fomentar o diálogo entre organizações que atuam na Amazônia em todos os países que possuem território no seu bioma;
- Fomentar negócios sustentáveis e criar incentivos para empreendimentos inovadores; *De quem?*
- Promover o apoio à consolidação das Áreas Protegidas;
- Articular políticas públicas, com investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia direcionados ao desenvolvimento de uma economia baseada na floresta.

São signatárias desta carta de princípios as instituições, empresas, lideranças da sociedade civil e do setor privado que reconhecem as condições, a missão e os compromissos deste Fórum e se comprometem a apoiar, implementar, monitorar e prestar contas das suas ações, promovendo, quando necessário, as devidas mudanças no seu modo de se relacionar com a Amazônia ».

Concluindo, que tal organizações e movimentos dos povos indígenas, das populações extrativistas, do campesinato, dos moradores urbanos, encabeçar a elaboração de uma Carta de Princípios que prepare um fórum mais amplo verdadeiramente pactuado ?

.Jean Pierre Leroy

19 de outubro de 2007

---

<sup>9</sup> [Andreia Fanzeres](#). Por baixo dos lençóis. O Eco, 17.10.2007